

APRESENTADO

EM REUNIÃO DE 11/09/2012

Director do Departamento



PROMO
TORRES e.e.m.

RELATÓRIO DE GESTÃO
1º Semestre 2012

204 d.
2

ÍNDICE

1. DADOS GERAIS DA EMPRESA

- 1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
- 1.2 INVESTIMENTOS
- 1.3 GASTOS
- 1.4 RENDIMENTOS
- 1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICA

2. ACTIVIDADE POR CENTRO DE CUSTOS

- 2.1 PANORAMA GERAL
- 2.2 CARNAVAL
- 2.3 FEIRA DA SAUDE
- 2.4 NOVOS TALENTOS
- 2.5 FEIRA DE SÃO PEDRO
- 2.6 PARQUES DE ESTACIONAMENTO
- 2.7 MERCADO MUNICIPAL

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 3.1 BALANÇO
- 3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
- 3.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
- 3.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
- 3.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

- 4.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO

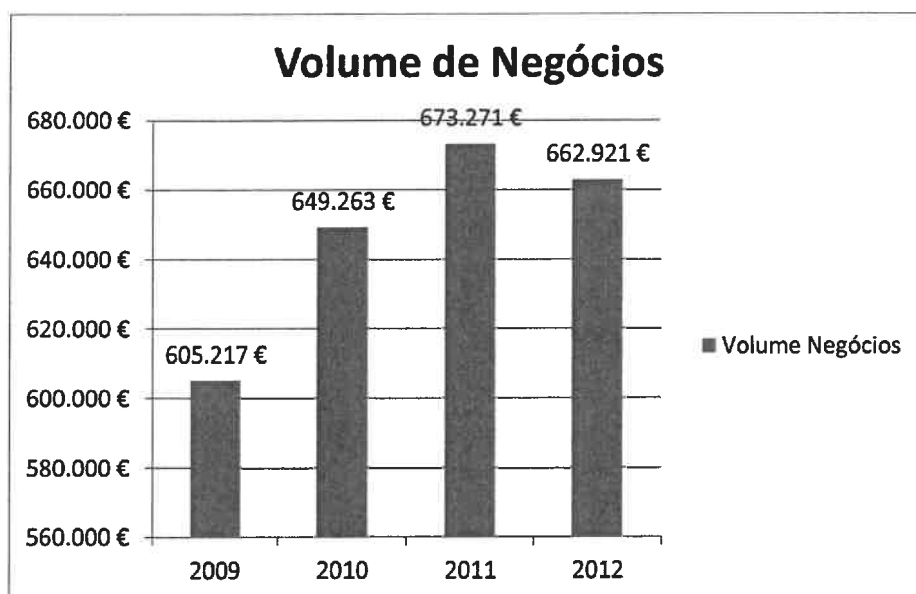
1º SEMESTRE 2012

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração da Promotorres, EEM, apresentar o seu Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes à atividade da empresa no 1º semestre de 2012.

1.DADOS GERAIS DA EMPRESA

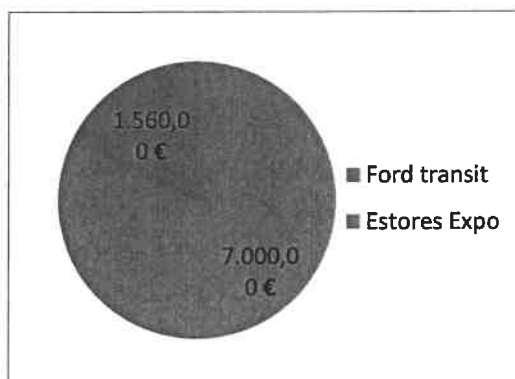
1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

No referido semestre o volume de negócios da nossa sociedade cifrou-se em 662 921€ o que representa um decréscimo de 10350€ em relação ao valor atingido no período homólogo. Na atual conjuntura económica não se pode considerar este decréscimo materialmente relevante.



1.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados, ascenderam a aproximadamente 8560€ divididos da seguinte forma:



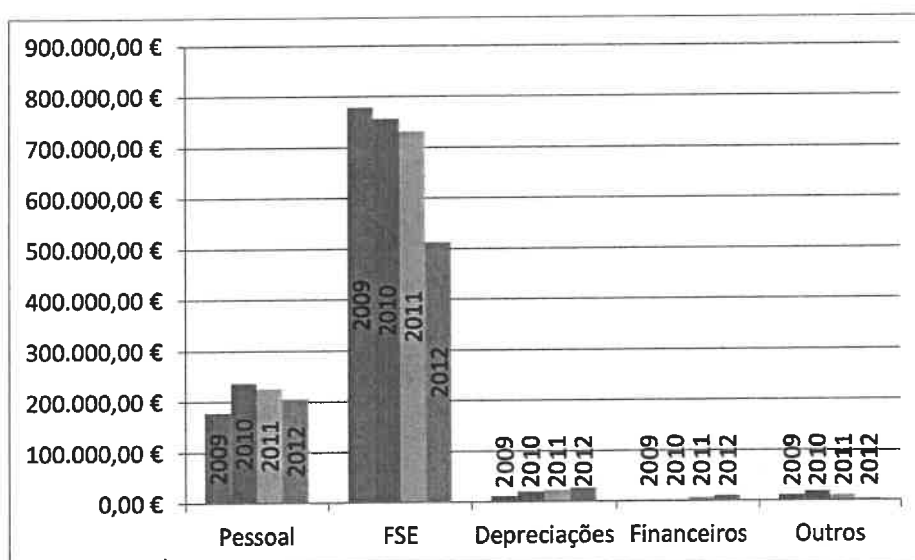
4
Ep 2

1.3 GASTOS

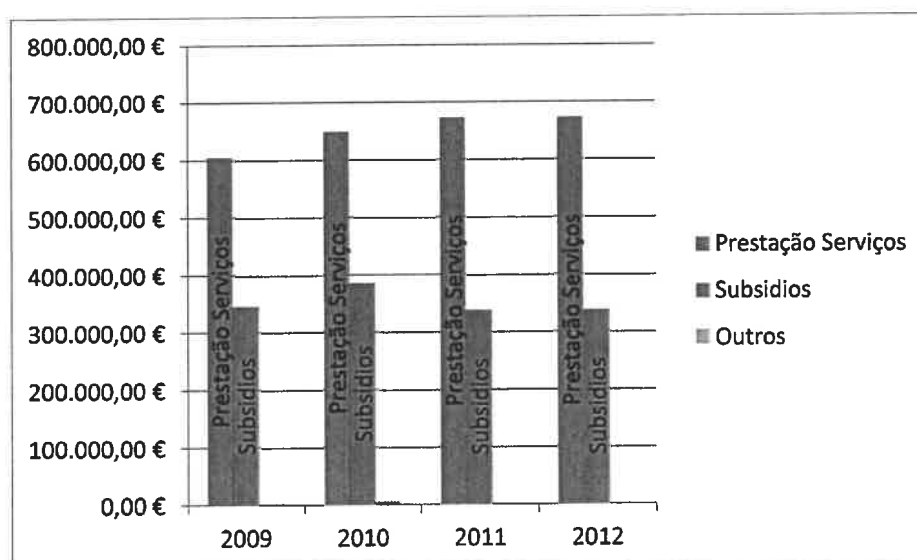
Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 205427.09€ valor que representa uma diminuição de 1.1% relativamente ao semestre de 2011. Esta redução pouco significativa resulta da diferença entre a contratação de novos funcionários no final do ano transato e a correção da estimativa de subsídio de férias e subsídio de natal de acordo com o Orçamento de estado para 2012.

Os gastos gerais da empresa, essencialmente refletidos na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" foram de 513225€. Verifica-se nesta rubrica o esforço que a empresa efetuou no controlo de custos, a redução ascendeu aos 218419€.

Contabilizaram-se 27760€ euros de depreciações.



1.4 RENDIMENTOS



405

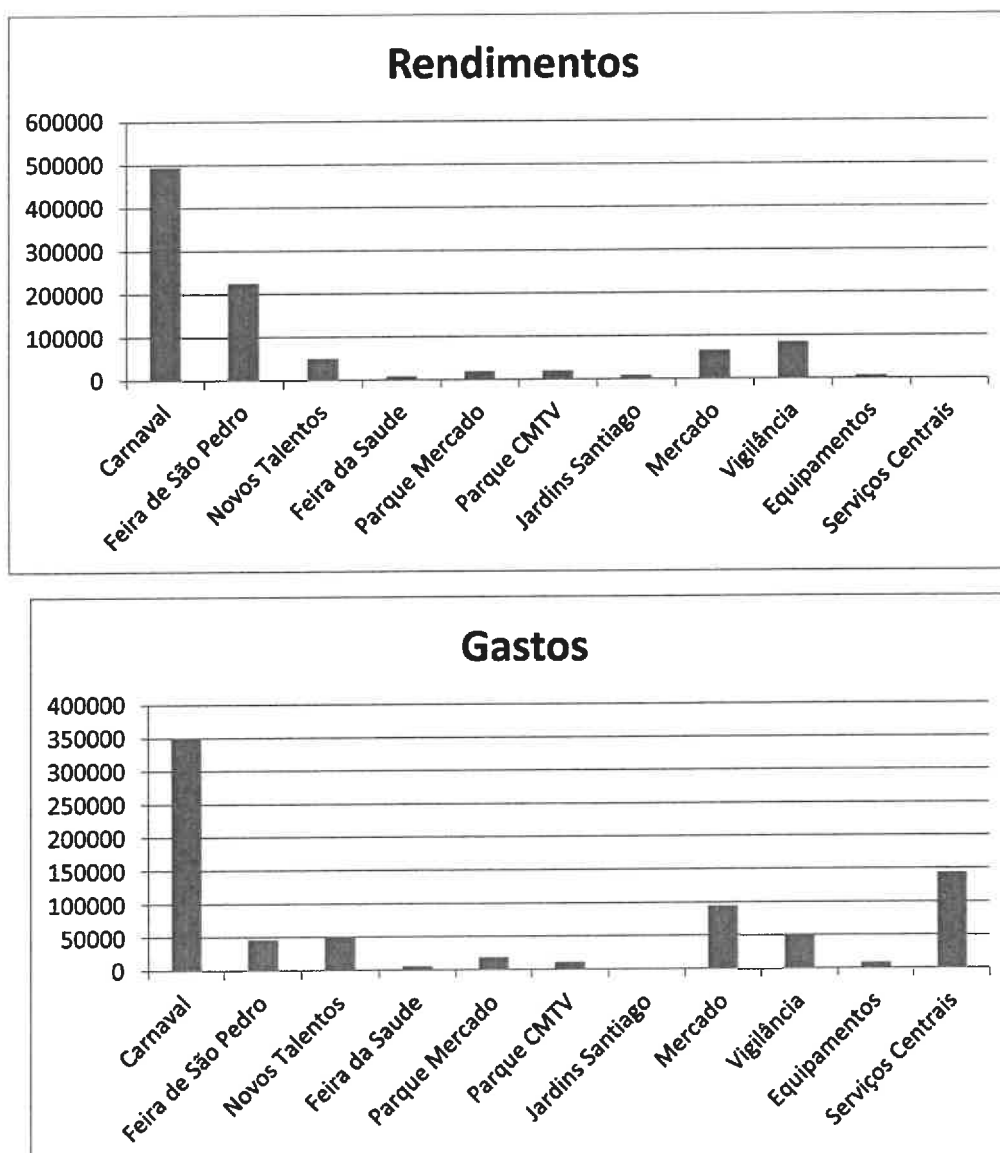
Através da análise do gráfico, pode notar-se uma ligeira diminuição nas prestações de serviços. Os subsídios tiveram um decréscimo de 23.000€ devido à redução do Contrato Programa afeto ao evento Novos Talentos e à não existência do Contrato Programa relativo à Gestão do Estacionamento.

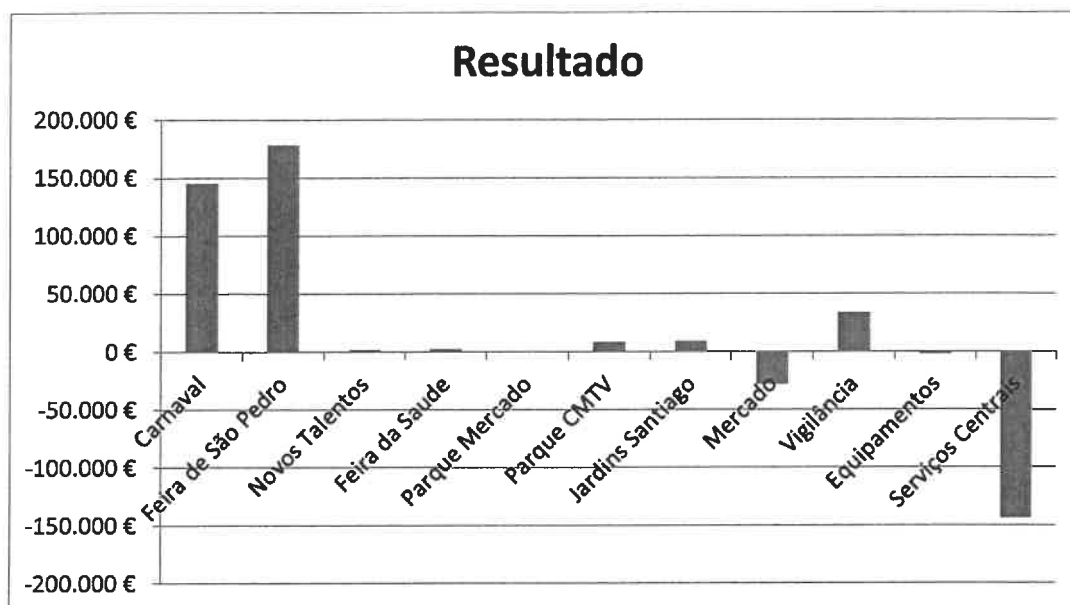
1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No final do semestre a empresa apresenta uma autonomia financeira de 31.8%, (+13.8% que no semestre homologado) o que se traduz numa melhoria na dependência de Capitais Alheios. Uma liquidez geral de 1.08 (0.88 no ano transato) significando que a empresa tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo uma cobertura do imobilizado de 1.21 (0.59 no exercício de 2011), existe um excedente de recursos estáveis sobre os valores imobilizados suscetível de cobrir parte daquelas necessidades de fundo de maneio.

2. ACTIVIDADE POR CENTRO DE CUSTOS

2.1 PANORAMA GERAL





2.2 CARNAVAL TORRES

Este é o evento “bandeira” da Cidade de Torres Vedras, apresentando-se como o mais importante ativo estratégico. Pretende-se respeitar a tradição profundamente enraizada em Torres Vedras e catapultar o Carnaval como um poderoso instrumento de Marketing Territorial.

A edição de 2012 do Carnaval de Torres foi atípica, dada a extraordinária visibilidade nacional e internacional que a cidade e o concelho conseguiram. De acordo com o estudo elaborado pela “CISION” foram veiculadas 799 notícias correspondendo a 137 milhões de contatos, num valor estimado de ativo intangível de 9 milhões de euros.

Em 2012 o Carnaval de Torres foi o maior protagonista dos “carnavais” de Portugal assumindo definitivamente a liderança como melhor carnaval do país.

Quanto à estrutura da receita própria, esta depende muito da bilheteira cujo comportamento é potencialmente afetado por fatores dificilmente controláveis pela organização. Com efeito cerca de 69% das receitas próprias depende da bilheteira, muito sensível às condições do estado do tempo, o que faz do Carnaval de Torres um evento de elevado risco financeiro.

Financeiramente prosseguiu-se a política de redução de custos em relação a anteriores edições cifrou-se, não se registando reduções no essencial do Carnaval, no que diz respeito à qualidade dos carros alegóricos ou animações contratadas. Esta «contenção» orçamental permitiu em que num ano de notória dificuldade económica, um resultado positivo, muito devido às condições climatéricas conjugadas com a mediatização do evento.

Seguidamente apresentamos o balanço e comparativo com edições anteriores de forma resumida.

NÚMERO INGRESSOS VENDIDOS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	23FEV/01MAR	16FEV/21FEV	01FEV/06FEV	20FEV/25FEV	12FEV/17FEV		17FEV/22FEV
	CHUVA SÁB.		CHUVA DOM.		CHUVA D/T	CHUVA D/T	
SÁBADO	4590	9041	9686	11502	10449	7562	10806
LIVRE TRANSITO							2410
DOMINGO	10718	13704	6102	17965	9689	13783	18037
TERÇA	21832	14573	19393	20468	5010	9745	14535
TOTAL	37140	37318	35181	49935	25148	31090	43378

Receita / Despesa (2006 - 2012)

CARNAVAL	2006	2007	2008*	2009*	2010*	2011	2012
DESPESA	491.129 €	397.394 €	513.765 €	539.443 €	522.226 €	416.488 €	348.967 €
RECEITA	361.688 €	337.698 €	512.429 €	575.613 €	455.760 €	462.529 €	494.642 €
RESULTADO	-129.441 €	-59.696 €	-1.336 €	36.170 €	-66.466 €	46.041 €	145.674 €

2.3 FEIRA DA SAUDE

Com periodicidade bienal e pela primeira vez organizada em parceria pela Promotorres e Câmara Municipal de Torres Vedras, a Feira da Saúde 2012 realizada de 13 a 15 de abril, teve um balanço claramente positivo. A Promotorres congratula-se com a iniciativa cuja parte pedagógica ficou a cargo dos serviços do Município e a logística e exploração comercial a cargo da empresa. Julgamos ser um evento com potencial, quer quanto à sua relevância social, quer quanto à margem de exploração comercial que ainda tem.

Esta edição teve uma despesa de 5426 euros e uma receita de 8087 euros gerando um resultado positivo de 2661 euros.

2.4 NOVOS TALENTOS

Trata-se de um evento de elevada relevância social uma vez que o principal objetivo é a formação dos jovens concorrentes, bem como o envolvimento da comunidade no associativismo, já que as eliminatórias se realizam nas vinte Freguesias do Concelho. Paralelamente à função social de fornecer oportunidades aos jovens e de dinamização da vida associativa nas freguesias, o evento pode considerar-se já uma tradição no município.

8

Do ponto de vista orçamental a Promotorres recebe da Câmara Municipal para a produção do projeto um valor de 30.000,00 €, através de contrato programa.

Os quadros seguintes resumem a evolução do número de participantes desde 2001, bem como o comportamento orçamental da última edição.

Participantes (todas as áreas)

Ano	Participantes
2001	170
2002	360
2003	530
2004	720
2005	721
2006	727
2007	756
2008	725
2009	753
2010	728
2011	712
2012	673

Novos Talentos	2009	2010	2011	2012
DESPESA	45.929 €	61.840 €	51.264 €	48.402 €
RECEITA	46.127 €	61.167 €	47.948 €	50.614 €
RESULTADO	198 €	-673 €	-3.316 €	2.212 €

A execução orçamental de 2012 reflete o esforço de redução da despesa voltando a trazer equilíbrio orçamental ao evento.


2.5 FEIRA DE SÃO PEDRO

A Feira de S. Pedro é um dos grandes certames generalistas do País, comparável provavelmente apenas às grandes Feiras que se realizam em capitais de Distrito como a Ovibeja em Beja e a Feira de S. Mateus, em Viseu.

As principais finalidades prendem-se com a manutenção de uma longa tradição na cidade, bem como com o contributo para a dinamização da economia local e regional. A Feira de S. Pedro contém núcleos de expositores comerciais, de feirantes tradicionais, de divertimentos, de restaurantes e de tasquinhas, além das áreas institucional e social. Os expositores comerciais, em área coberta e descoberta, superam anualmente as duas centenas. É esta complementaridade, segundo a matriz das feiras tradicionais de raiz medieval, que está, segundo parece, na capacidade de atração de diversos segmentos de público.

A evolução do número de visitas é a que a seguir se apresenta:

Número de visitantes da Feira de S. Pedro (2006 a 2012)



Ano	Visitantes
2006	209.169
2007	216.002
2008	225.549
2009	227.820
2010	228.543
2011	228.145
2012	222.396

O crescente número de visitantes desde 2006, situando-se hoje bem acima dos 200.000, mostra que a Feira de São Pedro é uma instituição enraizada na vida dos torrienses, tendo a sua maior força na diversidade que as várias valências lhe conferem. São inúmeras as razões que justificam uma visita à Feira de São Pedro (divertimento, convívio, compras, visita a expositores).

Na edição deste ano a Feira abriu as suas portas de semana às 19:00h, contabilizando-se por isso menos 12 horas de contagens, o que pode não ter refletido no número total de visitantes do evento.

Número de expositores comerciais em área coberta e descoberta

Ano	Expositores
2006	262
2007	260
2008	253
2009	237
2010	238
2011	213
2012	222

O número de expositores comerciais na Feira de S. Pedro tem-se situado acima dos duzentos. Não se pode dizer que tenham registado um crescimento forte e sustentado, mas é evidente uma estabilização em torno das duas centenas. Este facto leva a admitir que o modelo atual de feira continua suficientemente atrativo para este segmento de clientes. A Promotorres implementou em 2012 um programa de fidelização de expositores habituais com um desconto de 10% para os que se comprometessem a estar presentes nas edições de 2012, 2013 e 2014.

Estrutura financeira da Feira de S. Pedro (2007 a 2011)

Feira São Pedro	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
DESPESA	208.141 €	231.233 €	241.015 €	212.698 €	128.623 €	46.387 €
RECEITA	375.407 €	359.586 €	390.521 €	358.624 €	311.170 €	225.042 €
RESULTADO	167.266 €	128.353 €	149.506 €	145.926 €	182.547 €	178.655 €

* apurados a 30 de junho

10 4 j

A execução orçamental da edição de 2012 não está apurada a 30 de Junho pelo que apenas se apresentam os valores efetivamente contabilizados a essa data. No entanto a previsão é de um resultado positivo a rondar os 150.000 euros.

A estrutura financeira da Feira de S. Pedro apresenta-se continuamente com saldo positivo, não obstante os preços não serem alterados desde 2008.

2.6 PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Encontram-se em funcionamento da responsabilidade da Promotorres o Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, o parque de estacionamento de edifício multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras, e o Parque de Estacionamento dos Jardins de Santiago.

O quadro em baixo reflete a evolução das receitas.

Receitas	2010	2011	2012
Parque CMTV	57.954 €	45.705 €	19.618 €
Parque Mercado	30.976 €	39.226 €	17.623 €
Jardins Santiago	0,00 €	25.510 €	11.616 €

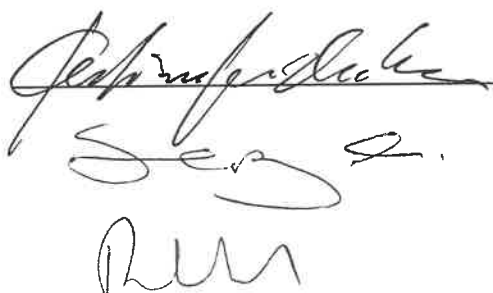
2.7 MERCADO MUNICIPAL

Por contrato de aquisição de serviços de gestão, celebrado em setembro de 2011 entre a Câmara Municipal e a Promotorres, foi oficializada a exploração do Mercado Municipal.

O valor anual deste contrato ascende a 144000 euros tendo no primeiro semestre gerado um défice de 28397 euros.

Torres Vedras, 3 de setembro 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 BALANÇO

Promotorres, EEM

Balanços em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	241.004,79	258.405,29
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras pelo MEP			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		241.004,79	258.405,29
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos			
Clientes	8	257.647,86	246.623,81
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	9	107.314,79	143.202,22
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber	10	155.568,30	124.145,64
Diferimentos	11	0,00	9.963,24
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e seus equivalentes	12	159.272,03	14.483,38
		679.802,98	538.418,29
Total do activo		920.807,77	796.823,58

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	250.000,00	250.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	14	3.000,10	2.857,45
Outras reservas			
Resultados transitados	15	-127.418,97	-205.127,35
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		167.546,03	2.851,03
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		293.127,16	50.581,13
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17	526.644,02	686.995,56
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	9	31.674,54	17.162,56
Acionistas / sócios			
Financiamentos obtidos		2.138,97	957,05
Outras contas a pagar	16	67.223,08	41.127,28
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		627.680,61	746.242,45
Total do passivo		627.680,61	746.242,45
Total do capital próprio e do passivo		920.807,77	796.823,58

Elisabete Santo Silva

João Paulo da Silva
Gonçalves
RMM

13

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Promotorres, EEM

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 30 de Junho de 2011

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			2012	2011
Vendas e serviços prestados	18	+	662.920,88	673.270,64
Subsídios à exploração	19	+	315.000,02	338.000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -		
Variação nos inventários da produção		+ / -		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	20	-	-513.224,76	-731.643,18
Gastos com o pessoal	21	-	-205.427,09	-226.216,02
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		+ / -		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8	+ / -	-41.438,57	
Provisões (aumentos / reduções)		+ / -		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Aumentos / reduções de justo valor		+ / -		
Outros rendimentos e ganhos	22	+	7.611,75	1.479,80
Outros gastos e perdas	23	-	-3.907,70	-10.795,74
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	221.534,53	44.095,50
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	+ / -	-27.760,50	-22.802,38
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	193.774,03	21.293,12
Juros e rendimentos similares obtidos		+	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	25	-	-10.943,97	-7.054,74
Resultado antes de impostos		=	182.830,06	14.238,38
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	-15.284,03	-1.676,53
Resultado líquido do período		=	167.546,03	12.561,85

(2) - Esta informação apenas será fornecida no caso das contas consolidadas

Técnico Oficial de Contas
Elisabete Santos

Administração
João Carlos
Sebastião
Rui

24

3.3 DEMOSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

MOVIMENTOS E SALDOS	NOTAS	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 01.01.2011		250.000,00	-	2.857,45	-	-137.607,05	-	-67.520,30	47.730,10
Alterações no Período:									
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-67.520,30	-	67.520,30	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-67.520,30	-	67.520,30	-
Resultado Líquido do Período								2.851,03	2.851,03
Resultado Integral								70.371,33	2.851,03
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2011		250.000,00	-	2.857,45	-	-205.127,35	-	2.851,03	50.581,13
Alterações no Período:									
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								167.546,03	167.546,03
Resultado Integral								167.546,03	167.546,03
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	142,65	-	2.708,38	-	-2.851,03	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	75.000,00	-	-	75.000,00
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	142,65	-	77.708,38	-	-2.851,03	75.000,00
Saldos em 30.06.2012		250.000,00	-	3.000,10	-	-127.418,97	-	167.546,03	293.127,16

O Técnico Oficial de Contas

Elisabete Santos

O Conselho de Administração

António José Gomes
Sergio
Rui

15

3.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA

Promotorres, EEM

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Períodos findos em
30 de Junho de 2011 e 30 de Junho de 2012

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo	4			
Recebimentos de clientes		+	708.800,97	588.352,67
Pagamento a fornecedores		-	-664.180,26	-759.103,14
Pagamentos ao pessoal		-	-145.496,25	-146.995,44
Caixa gerada pelas operações		+ / -	-100.875,54	-317.745,91
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- / +	-3.442,95	-2.804,72
Outros recebimentos/pagamentos		+ / -	-112.573,04	-77.666,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-	-216.891,53	-398.217,35
Fluxos de caixa das actividades de investimento	15			
Pagamentos respeitantes a:		-		
Activos fixos tangíveis		-	-1.918,80	0,00
Activos intangíveis		-		
Investimentos financeiros		-		
Outros activos		-		
Recebimentos provenientes de:		+		
Activos fixos tangíveis		+		
Activos intangíveis		+		
Investimentos financeiros		+		
Outros activos		+		
Subsídios ao investimento		+		
Juros e rendimentos similares		+		
Dividendos		+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+ / -	-1.918,80	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	15			
Recebimentos provenientes de:		+		
Financiamentos obtidos		+	0,00	50.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		+	75.000,00	324.134,00
Subsídios e Doações		+	300.500,00	186.500,00
Outras operações de financiamento		+		
Pagamentos respeitantes a:		-		
Financiamentos obtidos		-	0,00	-50.000,00
Juros e gastos similares		-	-10.943,97	-4.668,41
Dividendos		-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		
Outras operações de financiamento		-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+ / -	364.556,03	505.965,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	+ / -	145.745,70	107.748,24
Efeito das diferenças de câmbio		+ / -	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		...	13.526,33	7.089,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período		...	159.272,03	114.837,72

Técnico Oficial de Contas

Elisabete Fente

Administração

Sebastião

16
S 12

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Rua São Gonçalo de Lagos, Pavilhão de Exposições em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

Em 2012 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A Empresa adotou as NCRF pela 1ª vez em 2010, aplicando para o efeito a “NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”. Desta forma, a empresa preparou o balanço de abertura a 1 de janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

70/17
8
1.

Não existem ativos realizáveis ou passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem ativos ou passivos considerados como não correntes.

2

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transações.

18
4 201

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de cativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25% para 75% do lucro tributável, uma vez que tem prejuízos fiscais a deduzir. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria calcetável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos, até 2009 inclusive, e quatro anos a partir de 2010, e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados nesse período. Em exercícios futuros, o total das deduções à matéria coletável é de 215.822 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

Não foram efetuados quaisquer movimentos contabilísticos relacionados com a contabilização dos Impostos Diferidos, nos termos definidos na Diretriz Contabilística n.º 28 da Comissão de Normalização Contabilística, uma vez que não existem quaisquer diferenças temporais entre o reconhecimento de proveitos e custos para fins contabilísticos e para fins de tributação.

d) *Provisões*

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação, não tendo reconhecido existência de contingências que pudessem conduzir à criação de Provisões.

e) *Cientes e outros valores a receber*

As contas de "Clientes" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

g) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

h) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

20

i) *Subsídios*

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Ao abrigo da Lei 53 F de 29 de Dezembro, foram recebidos 75000 euros para cobertura dos prejuízos de 2011, valor já contabilizado no ano referido.

4 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do 1º semestre de 2011 e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	30-Jun- 12	30-Jun- 11
Numerário	1.000,00	1.424,21
Depósitos bancários	158.272,03	113.413,51
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	159.272,03	114.837,72

5 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2012 não se verificou a existência de despesas referentes ao exercício de 2011.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 27.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2011 e de 2012 foi o seguinte:

21

[Handwritten signature]

31 de Dezembro de 2011

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2011	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	141.222,16		13.254,95			154.477,11
Equipamento básico	61.500,59		54.862,65			116.363,24
Equipamento de transporte	49.300,00		19.500,00			68.800,00
Equipamento administrativo	66.885,60		1.831,23			68.716,83
Outros ativos Fixos Tangíveis	136.840,45		10.267,25			147.107,70
Investimentos em curso						0,00
Total	455.748,80	0,00	99.716,08	0,00	0,00	555.464,88
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	49.664,03		12.589,78			62.253,81
Equipamento básico	29.681,95		11.839,38			41.521,33
Equipamento de transporte	32.550,00		22.850,00			55.400,00
Equipamento administrativo	42.088,22		11.160,18			53.248,40
Outros ativos Fixos Tangíveis	72.928,50		11.707,55			84.636,05
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	226.912,70	0,00	70.146,89	0,00	0,00	297.059,59
						258.405,29

30 de junho de 2012

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2012	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	154.477,11					154.477,11
Equipamento básico	116.363,24		1.560,00			117.923,24
Equipamento de transporte	68.800,00		7.000,00			75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83					68.716,83
Outros ativos Fixos Tangíveis	147.107,70		1.800,00			148.907,70
Investimentos em curso						0,00
Total	555.464,88	0,00	10.360,00	0,00	0,00	565.824,88
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	62.253,81		6.294,89			68.548,70
Equipamento básico	41.521,33		5.919,69			47.441,02
Equipamento de transporte	55.400,00		4.112,50			59.512,50
Equipamento administrativo	53.246,40		5.580,09			58.826,49
Outros ativos Fixos Tangíveis	84.636,05		5.853,33			90.491,39
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	297.057,59	0,00	27.760,50	0,00	0,00	324.820,10
						241.004,79

8 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	0,00	257.647,86	0,00	246.623,81
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	104.916,35	0,00	63.477,78
	0,00	362.564,21	0,00	310.101,59
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-104.916,35	0,00	-63.477,78
	0,00	257.647,86	0,00	246.623,81

	30-jun-12		31-Dez-11	
	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Clientes conta corrente	164.840,39	92.807,47	87.471,94	159.151,87
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	104.916,35	0,00	63.477,78	0,00
	269.756,74	92.807,47	150.949,72	159.151,87

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumulados de clientes, foram os seguintes:

Perdas por Imparidade	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	63.883,13	63.883,13
Aumento	41.438,57	0,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro	104.916,35	63.883,13

9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

23
4028

	30-Jun-12	31-Dez-11
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	11.676,60	13.135,24
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	95.638,19	130.037,52
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	29,46
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	107.314,79	143.202,22
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	15.284,03	2.135,95
Retenção de impostos sobre rendimentos	4.477,36	6.389,80
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	11.913,15	8.636,81
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	31.674,54	17.162,56

10 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores e Credores por Acréscimos	-	16.568,27	-	0,00
Fornecedores CC	-	-	-	332,98
Outros	-	139.000,03	-	123.812,66
	-	155.568,30	-	124.145,64
Perdas por imparidade acumuladas	-	0,00	-	0,00
	-	155.568,30	-	124.145,64

	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Contas Geraí	Grupo e Relacionadas	Não Corrente	Corrente
Devedores e Credores por Acréscimos	16.568	-	-	0,00
Fornecedores CC	-	-	333	0,00
Outros	-	139.000,00	-	123.077,00
	16.568	139.000,00	333	123.077,00

4024 f. 2

11 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Ativo		
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	0,00	0,00
Gastos plurianuais a reconhecer	0,00	9.963,24
outros	0,00	0,00
...	0,00	0,00
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>9.963,24</u>
Passivo		
	<u>-</u>	<u>-</u>

12 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Numerário	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários	158.272,03	13.483,38
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	159.272,03	14.483,38

13 Capital realizado

Em 30 de Junho de 2012 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 30 de Junho de 2012, nele detêm pelo menos 20%:

- CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

14 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

15 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, e uma vez que o resultado foi de 2851.03 houve reforço da reserva legal no valor de 142.65€ e 2708.38€ transferidos para Resultados Transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

16 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores investimento	-	1.000,00	-	3.000,00
Devedores e credores por acréscimos	-	65.292,34	-	34.265,28
Outros devedores e credores	-	930,74	-	3.862,00
Outras contas a pagar	-	0,00	-	0,00
	-	67.223,08	-	41.127,28

17 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	295.857,17	0,00	250.937,49
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	230.786,85	0,00	436.058,07
	0,00	526.644,02	0,00	686.995,56

	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	287.686,83	8.170,34	242.767,15	8.170,34
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	230.786,85	0,00	436.058,07	0,00
	518.473,68	8.170,34	678.825,22	8.170,34

18 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012, foram como segue:

	30-Jun-12			30-Jun-11		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	662.920,88	0,00	662.920,88	673.270,64	0,00	673.270,64
	662.920,88	0,00	662.920,88	673.270,64	0,00	673.270,64

19 Subsídios à exploração

Nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	30-Jun-12	30-Jun-11
CP Estacionamento	0,00	35.500,00
CP Serviços	85.000,02	107.000,00
CP carnaval	160.000,00	160.000,00
CP Corso escolar	40.000,00	35.500,00
CP Novos Talentos	30.000,00	0,00
CP Carnaval de Verão	0,00	0,00
CP Vindimas	0,00	0,00
CP Restauro WC Pavilhão		
	315.000,02	338.000,00

20 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012, foi a seguinte:

27

	30-Jun-12	30-Jun-11
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	242.547,07	303.821,63
Materiais	194.097,59	256.612,82
Energia e fluídos	4.571,25	3.841,68
Deslocações, estadas e transportes	3.976,13	3.880,80
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	15.322,98	19.142,97
Comunicação	8.177,91	7.191,88
Seguros	1.913,11	2.285,77
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	72,00	5,25
Despesas de Representação	48,70	30,33
Limpeza	42.696,12	45.046,68
Descontos e abatimentos	-324,00	-1.425,76
Outros serviços	125,90	91.209,13
	513.224,76	731.643,18

21 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012 foi a seguinte:

	30-Jun-12	30-Jun-11
Remunerações dos órgãos sociais	1.950,00	363,00
Remunerações do pessoal	161.309,13	184.289,74
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	7.186,96	0,00
Encargos sobre remunerações	32.657,28	35.784,03
Seguros	640,52	4.625,12
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.683,20	1.154,13
	205.427,09	226.216,02

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2012 foi de 25.

22 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012, foram como segue:

28
f
2

	30-Jun-12	30-Jun-11
Rendimentos suplementares	6.893,75	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	718,00	1.479,80
	7.611,75	1.479,80

23 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012, foram como segue:

	30-Jun-12	30-Jun-11
Impostos	862,06	1.206,29
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Regularizações	0,00	4.401,77
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	3.045,64	5.187,68
	3.907,70	10.795,74

24 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	30-Jun-12			30-Jun-11		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	27.760,50	0,00	27.760,50	22.802,38	0,00	22.802,38
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	27.760,50	0,00	27.760,50	22.802,38	0,00	22.802,38

25 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012:

	30-Jun-12	30-Jun-11
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	10.943,97	7.054,74
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	<u>10.943,97</u>	<u>7.054,74</u>
Resultados das operações de financiamento	<u>10.943,97</u>	<u>7.054,74</u>
Resultados das operações de financiamento	<u>7.054,74</u>	<u>1.256,92</u>

26 Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, nos semestres findos em Junho de 2011 e de 2012, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	30-Jun-12	30-Jun-11
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	66.387,52	10.255,00
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	0,00	0,00

Saldos	30-Jun-12	30-Jun-11
Contas a receber	231.807	283.652
Contas a pagar	8.170	8.170
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

27 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2012.

Após o encerramento do semestre, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

28 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

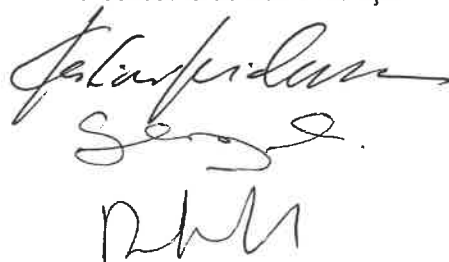
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o 1º semestre de 2011, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 30 de Junho de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas:



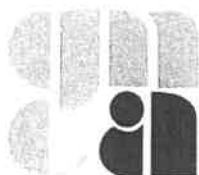
O Conselho de Administração





4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

4.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



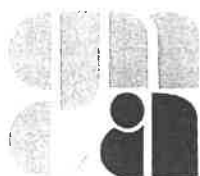
PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, da "PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, EEM", incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de activo de 920 808 euros e um total de capital próprio de 293 127 euros, incluindo um resultado líquido de 167 546 euros), nas Demonstrações dos Resultados por Natureza, das Alterações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade.



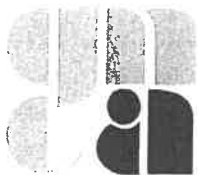
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do pressuposto da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2012 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



34

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

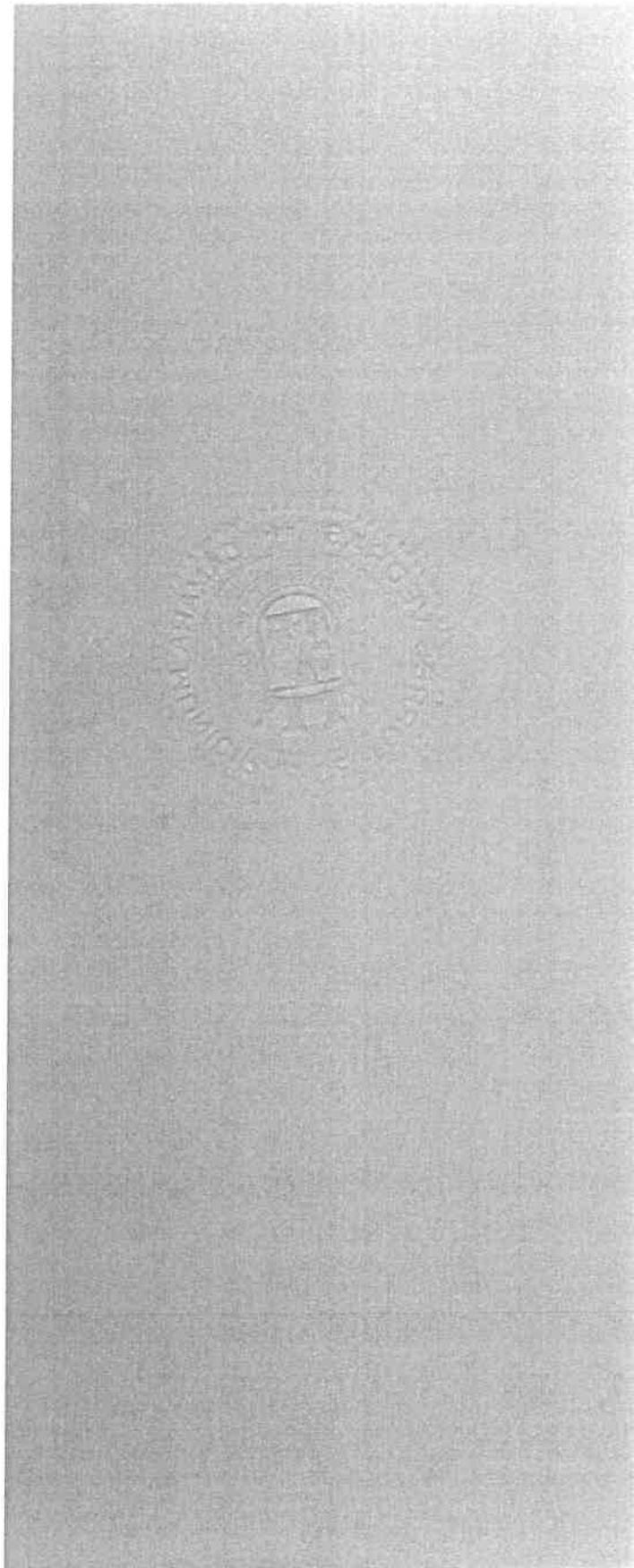
Massamá, 05 de Setembro de 2012

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)

35
af




PROMO
TORRES eam





PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, da "PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, EEM", incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de activo de 920 808 euros e um total de capital próprio de 293 127 euros, incluindo um resultado líquido de 167 546 euros), nas Demonstrações dos Resultados por Natureza, das Alterações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade.



4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do pressuposto da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2012 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Massamá, 05 de Setembro de 2012

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)